



Infância, migração e escola: experiências de crianças haitianas em Manaus

Silvia Pacheco¹  

Universidade Federal do Amazonas

Thiago Lima²  

Secretaria de Educação do Amazonas

Resumo

Este artigo analisa como crianças filhas de migrantes haitianos constroem relações sociais e sentidos de pertencimento no contexto escolar em Manaus, Amazonas. O objetivo é compreender de que maneira essas crianças elaboram suas experiências entre diferentes universos sociais, especialmente entre a família e a escola. A pesquisa baseia-se em abordagem etnográfica, realizada em uma escola municipal no ano de 2019, a partir de observação participante e interações com membros da comunidade escolar. Os resultados indicam que os processos de socialização dessas crianças são atravessados por dinâmicas linguísticas, culturais e relacionais que operam tanto como mecanismos de integração quanto de diferenciação. A análise evidencia que o ambiente escolar atua de forma ambivalente, constituindo-se simultaneamente como espaço de acolhimento e de reprodução de tensões sociais. Conclui-se que, por meio de práticas participativas e relações comunitárias, a escola pode favorecer a construção de vínculos e pertencimentos, ainda que esses processos ocorram em meio a contradições.

Palavras-chave

Migração haitiana. Infância. Escola. Pertencimento.

1. Doutora em Antropologia Social pelo PPGAS/UFAM, integrante do Grupo de Estudos Migratórios da Amazônia (GEMA) e da Rede Infâncias Protagonistas (UnB). Pesquisa migração, geração, raça e educação. Mestre em Antropologia Social, licenciada em Filosofia e especialista em Ensino de Filosofia. Atua na docência do ensino superior e em pesquisas com crianças e jovens imigrantes.

2. Mestre em filosofia pela Universidade de Brasília (UnB) e Mestre em sociologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Tem atuado como docente universitário e do Ensino Médio das disciplinas de filosofia e sociologia. Seus interesses de pesquisa concentram-se nas áreas de filosofias e ontologias contemporâneas, sociologias urbanas e de movimentos sociais.

Infancia, migración y escuela: experiencias de niños haitianos en Manaus

Resumen: Este artículo analiza cómo niños e hijas/os de migrantes haitianos construyen relaciones sociales y sentidos de pertenencia en el contexto escolar en Manaus, Amazonas, Brasil. El objetivo es comprender de qué manera estos niños elaboran sus experiencias entre diferentes ámbitos sociales, especialmente entre la familia y la escuela. La investigación se basa en un enfoque etnográfico, realizado en una escuela pública municipal en el año 2019, a partir de la observación participante y de interacciones con miembros de la comunidad escolar. Los resultados indican que los procesos de socialización de estos niños están atravesados por dinámicas lingüísticas, culturales y relacionales que operan tanto como mecanismos de integración como de diferenciación. El análisis evidencia que el entorno escolar actúa de forma ambivalente, constituyéndose simultáneamente como un espacio de acogida y como un lugar donde se reproducen tensiones sociales. Se concluye que, mediante prácticas participativas y relaciones comunitarias, la escuela puede favorecer la construcción de vínculos y sentidos de pertenencia, aunque estos procesos se desarrollen en medio de contradicciones.

Palabras clave: Migración haitiana. Infancia. Escuela. Pertenencia.

Childhood, migration and school: experiences of Haitian children in Manaus

Abstract: This article analyzes how children of Haitian migrants construct social relationships and senses of belonging within a school context in Manaus, Amazonas, Brazil. The objective is to understand how these children develop their experiences across different social environments, particularly between family and school. The study is based on an ethnographic approach conducted in a public municipal school in 2019, drawing on participant observation and interactions with members of the school community. The findings indicate that these children's socialization processes are shaped by linguistic, cultural, and relational dynamics that function both as mechanisms of integration and differentiation. The analysis also shows that the school environment operates in an ambivalent way, simultaneously serving as a space of inclusion and a site where social tensions are reproduced. It is concluded that, through participatory practices and community relationships, the school can foster the construction of social bonds and belonging, even as these processes unfold amid contradictions.

Keywords: Haitian migration. Childhood. School. Belonging.

Introdução

A partir de 2010, o Brasil passou a receber um fluxo significativo de migrantes haitianos, muitos dos quais ingressaram no país pela região Norte. Na cidade de Manaus, esse movimento tornou-se visível não apenas no mercado de trabalho, mas também em instituições públicas, como as escolas, que passaram a acolher crianças provenientes dessas trajetórias migratórias. Foi nesse contexto que se desenvolveu a pesquisa que dá origem a este artigo, realizada em uma escola municipal de Manaus que passou a receber crianças filhas de migrantes haitianos.

A presença dessas crianças no ambiente escolar evidenciou questões relacionadas à linguagem, às formas de sociabilidade e aos processos de inclusão e diferenciação no cotidiano das interações. Diante disso, o presente artigo tem como objetivo analisar como essas crianças constroem relações sociais e sentidos de pertencimento no espaço escolar, considerando as interações entre diferentes universos culturais. Busca-se com-

preender de que maneira essas relações se estabelecem em um contexto marcado por diferenças linguísticas e culturais, bem como os efeitos dessas interações na experiência escolar dessas crianças.

No caso brasileiro, ainda que o acesso à educação básica seja garantido por lei, a inserção de crianças migrantes nas escolas envolve uma série de desafios, que vão desde questões burocráticas até barreiras linguísticas e culturais. Além disso, a presença dessas crianças amplia as complexidades do processo migratório, especialmente quando se considera o papel da escola como espaço privilegiado de interação social. Como aponta Sayad (1998, p. 69), a dimensão familiar da migração, particularmente no que se refere às crianças, introduz novas camadas de análise, tanto pela sua magnitude quanto pelos problemas específicos que suscita.

A pesquisa que fundamenta este artigo foi desenvolvida no âmbito de uma dissertação de mestrado, a partir de uma abordagem etnográfica realizada em uma escola pública localizada na zona centro-sul de Manaus. O trabalho de campo ocorreu principalmente ao longo do ano de 2019 e envolveu observação participante, conversas informais com membros da comunidade escolar e acompanhamento das dinâmicas cotidianas da instituição. Em um primeiro momento, diante das limitações éticas relacionadas à pesquisa com menores de idade, a aproximação se deu por meio das narrativas de adultos – como gestores escolares e responsáveis –, sendo posteriormente ampliada para a observação direta das interações entre as crianças no ambiente escolar.

Argumenta-se que o espaço escolar atua não apenas como local de ensino formal, mas como um espaço central na construção de vínculos sociais entre crianças migrantes e não migrantes. Nesse contexto, práticas institucionais de acolhimento, bem como relações estabelecidas entre escola e comunidade, desempenham um papel fundamental na mediação das diferenças e na produção de sentidos de pertencimento.

Para analisar essas dinâmicas, o artigo mobiliza, de forma articulada ao material empírico, contribuições teóricas que permitem pensar as relações sociais no interior da escola. Em particular, dialoga-se com a noção de relações comunitárias e associativas em Weber (2000, p. 25), bem como com a perspectiva interacionista de Simmel (2006, p. 59), a fim de compreender como se configuram as interações e os vínculos sociais estabelecidos nesse contexto.

Além disso, parte-se do entendimento de que as experiências das crianças migrantes não podem ser reduzidas a uma condição homogênea, sendo necessário considerar as múltiplas dimensões que atravessam suas trajetórias, como família, escola, linguagem e pertencimento. Nesse sentido, a escola se apresenta como um espaço privilegiado para observar como tais dimensões se articulam na vida cotidiana.

A pesquisa baseia-se em uma abordagem etnográfica, desenvolvida ao longo do ano de 2019, por meio de observação participante e interação com membros da comunidade escolar. Ao articular os dados empíricos às contribuições teóricas sobre migração, infância e sociabilidade, busca-se compreender de que maneira a escola pode se constituir tanto como espaço de acolhimento quanto como local de reprodução de tensões sociais.

Para isso, o artigo está organizado em quatro seções: na primeira, destacam-se questões relativas ao procedimento metodológico; na segunda seção, intitulada “Vivendo entre mundos”, discutem-se as experiências das crianças entre diferentes mundos sociais; já na terceira, intitulada “Escola e comunidade: práticas de acolhimento e construção relacional”, analisam-se as relações entre escola e comunidade; e, por fim, na quarta seção, intitulada “A escola e as práticas transformadoras na experiência das crianças migrantes”, examinam-se as práticas escolares e seus efeitos na construção das trajetórias das dessas crianças.

1 Procedimentos metodológicos

Este estudo fundamenta-se em uma abordagem qualitativa de caráter etnográfico, voltada à compreensão das experiências sociais de crianças filhas de migrantes haitianos no contexto escolar. A pesquisa foi realizada ao longo do ano de 2019, em uma escola municipal localizada na cidade de Manaus, Amazonas, instituição que, desde o início da década de 2010, passou a receber um número crescente de estudantes oriundos de famílias migrantes.

A escolha do campo empírico esteve diretamente relacionada à presença significativa de crianças haitianas na escola, o que possibilitou acompanhar, de forma situada, as dinâmicas de interação, socialização e construção de pertencimento no cotidiano escolar. A etnografia, nesse sentido, permitiu uma aproximação prolongada com o campo, favorecendo a observação das práticas sociais em sua dimensão relacional e processual.

Os procedimentos de pesquisa incluíram a realização de observação participante em diferentes espaços da escola, como salas de aula, pátio, refeitório, quadra e demais ambientes de convivência. Além disso, foram realizadas interações informais com membros da comunidade escolar, incluindo professores, equipe gestora e familiares das crianças migrantes, especialmente pais e mães haitianos. Inicialmente, o acesso às crianças foi mediado por limitações éticas relacionadas à pesquisa com menores de idade, o que implicou, em um primeiro momento, na escuta das narrativas de adultos sobre as experiências infantis. Posteriormente, com maior inserção no campo, foi possível acompanhar de forma mais direta as interações das crianças no ambiente escolar.

A observação das crianças concentrou-se, sobretudo, na faixa etária entre seis e onze anos, buscando compreender suas formas de sociabilidade, suas estratégias de comunicação e suas experiências de inclusão e diferenciação no espaço escolar. A presença da pesquisadora no campo também implicou um processo reflexivo contínuo acerca de sua posição enquanto observadora, considerando as relações estabelecidas com os diferentes sujeitos e os efeitos dessa presença na produção dos dados.

Por fim, destaca-se que a análise dos dados foi orientada pela articulação entre o material empírico produzido em campo e as contribuições teóricas dos estudos sobre migração, infância e sociabilidade, buscando compreender como se constituem, no cotidiano escolar, as relações sociais e os sentidos de pertencimento entre crianças filhas de migrantes. Com base nesses procedimentos, passamos à análise das experiências das crianças no contexto escolar.

2 Vivendo entre mundos

Em 1804, o Haiti tornou-se a primeira república negra independente das Américas, resultado de um processo revolucionário conduzido por pessoas escravizadas que redefiniu profundamente as bases sociais e políticas do país. No plano linguístico, embora o francês tenha permanecido como língua associada às elites e às instituições formais, o créole haitiano consolidou-se como principal meio de comunicação da população, constituindo-se a partir de matrizes africanas, francesas e, em menor medida, espanholas.

Mais do que um sistema linguístico, o créole desempenha papel central na construção da identidade haitiana, articulando experiências históricas de resistência, sociabilidade e pertencimento, em diálogo com outras dimensões culturais, como as práticas religiosas do vodu. Segundo Couto, (2016, p. 161) esse reconhecimento também se expressa institucionalmente, como evidenciado pelo decreto governamental que, em 1961, estabeleceu oficialmente o Haiti como uma nação bilíngue.

Esses elementos históricos, culturais e linguísticos são fundamentais para compreender os processos migratórios haitianos contemporâneos, especialmente aqueles intensificados a partir de 2010. Ao se deslocarem para o Brasil, os migrantes não apenas respondem a condições estruturais e conjunturais de vulnerabilidade, mas também transportam consigo repertórios culturais e formas de sociabilidade que se reconfiguram nos contextos de destino. Nesse cenário, a língua créole, as práticas religiosas e os vínculos comunitários tornam-se recursos centrais na construção de redes de apoio e na produção de pertencimento em diáspora, ao mesmo tempo em que se articulam com novos códigos sociais e linguísticos, como o português, no cotidiano das interações.

A reunificação familiar, com a chegada de mulheres e crianças, contribuiu para a formação de comunidades mais estáveis e visíveis em diferentes contextos urbanos, ampliando sua presença em diversas esferas da vida social. Embora o terremoto ocorrido no Haiti em 2010 seja frequentemente apontado como um marco desse processo migratório, sua compreensão exige a consideração de fatores históricos e políticos mais amplos.

Como demonstra Couto (2016, p. 167), a crise política decorrente da deposição do presidente Jean-Bertrand Aristide, em 2004, constitui um elemento central para a análise das condições que impulsionaram a saída de haitianos do país, evidenciando que a migração resulta de um conjunto articulado de vulnerabilidades estruturais e conjunturais.

A presença de crianças filhas de migrantes haitianos na escola observada evidencia dinâmicas específicas relacionadas à experiência de crescer em contextos marcados por deslocamento e diferença. Essas crianças, muitas das quais nasceram no Brasil ou chegaram ainda muito pequenas, ocupam uma posição singular, na medida em que transitam entre universos sociais distintos – o da família e o da escola –, articulando referências culturais, linguísticas e sociais diversas.

Enquanto, no ambiente doméstico, predominava o uso do crioulo haitiano, na escola e nos espaços públicos o português se tornava a principal língua de comunicação. Essa alternância linguística não apenas revela a inserção dessas crianças em diferentes contextos sociais, mas também aponta para processos de mediação cultural que atravessam suas experiências cotidianas.

Nesse contexto, as práticas linguísticas observadas no cotidiano escolar não se reduzem a um simples processo de aprendizagem de um novo idioma, mas configuram-se como um elemento central na produção de fronteiras sociais. A alternância entre o crioulo e o português evidencia a coexistência de diferentes universos de pertencimento, nos quais a língua atua simultaneamente como recurso de comunicação e marcador de diferença. Assim, mais do que um obstáculo, a linguagem torna-se um espaço de negociação identitária, no qual as crianças elaboram suas posições entre o ambiente familiar e o espaço escolar, revelando tensões e possibilidades próprias da experiência migratória.

Durante o trabalho de campo, observou-se que muitas dessas crianças desempenhavam um papel ativo na mediação entre seus familiares e a sociedade envolvente. Em diversos momentos, eram elas que traduziam informações, auxiliavam os pais em interações institucionais e contribuíam para a circulação entre diferentes universos linguísticos. Esse movimento evidencia não apenas a aquisição da língua portuguesa, mas também a incorporação de competências sociais que as posicionam como agentes importantes nos processos de inserção familiar.

Ao mesmo tempo, a linguagem operava como um marcador de pertencimento no contexto escolar. Crianças que demonstravam maior fluência em português tendiam a ser mais facilmente integradas às dinâmicas da sala de aula, enquanto o uso do crioulo, em determinados momentos, podia gerar situações de estranhamento ou diferenciação entre pares. Nesse sentido, as relações observadas podem ser compreendidas à luz da tensão entre pertencimento e exclusão, tal como discutido por Elias e Scotson (2000, p. 08), na medida em que grupos se constituem relacionalmente por meio de fronteiras simbólicas que distinguem “estabelecidos” e “outsiders”.

As dinâmicas de pertencimento observadas no cotidiano escolar podem ser compreendidas à luz do conceito de etnicidade, entendido como um processo relacional e em constante construção. Nesse sentido, a forma como as crianças se identificam e são identificadas pelos outros não se dá de maneira fixa, mas emerge nas interações, especialmente a partir de distinções que opõem “nós” e “eles”.

Conforme argumentam Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p. 141), a etnicidade diz respeito aos “processos variáveis e nunca terminados pelos quais os atores identificam-se e são identificados pelos outros na base de dicotomizações Nós/Eles”. No contexto analisado, tais classificações tornam-se visíveis nas relações entre as crianças, especialmente quando elementos como língua, origem ou aparência são mobilizados como marcadores de diferença, evidenciando que o pertencimento é continuamente negociado no interior das práticas sociais.

As situações de inclusão e exclusão observadas entre as crianças podem ser compreendidas como processos relacionais, nos quais pertencimento e diferença são continuamente produzidos no interior das interações sociais. Nesse sentido, as classificações que emergem no cotidiano escolar não são fixas, mas se constroem a partir de dinâmicas de poder que atravessam o grupo, evidenciando como determinadas características – como língua, origem ou aparência – podem adquirir centralidade na definição das posições sociais ocupadas pelas crianças.

Essas dinâmicas não se manifestavam de forma homogênea. Crianças que migraram junto com suas famílias, vivenciando diretamente as dificuldades do deslocamento, apresentavam experiências distintas daquelas nascidas já em território brasileiro. Ainda assim, mesmo entre aquelas que não participaram do processo migratório, observou-se a presença de tensões associadas à condição de serem filhas de migrantes, o que as situava, frequentemente, entre expectativas familiares e demandas do contexto escolar.

Nesse cenário, a escola desempenhava um papel ambivalente. Por um lado, funcionava como espaço de acolhimento e socialização, promovendo interações, aprendizagens e experiências compartilhadas. Por outro, também reproduzia, em certos momentos, classificações e expectativas que incidiam sobre as crianças migrantes, re-

velando como processos mais amplos de diferenciação social atravessam o cotidiano escolar. Em situações observadas em campo, determinadas práticas docentes e interações em sala de aula evidenciavam a presença de concepções prévias sobre essas crianças, indicando a necessidade de problematizar a formação de profissionais da educação em contextos marcados pela diversidade cultural.

Assim, viver “entre mundos” não se configura apenas como uma condição descritiva, mas como um processo ativo de negociação de pertencimentos, no qual linguagem, família e escola se articulam de maneira dinâmica. É nesse espaço de intersecção que essas crianças constroem suas experiências, redefinindo continuamente suas posições e relações no interior da vida social.

3 Escola e comunidade: práticas de acolhimento e construção relacional

A escola observada não pode ser compreendida apenas como um espaço formal de ensino, mas como um ambiente no qual se articulam práticas sociais, relações comunitárias e processos de acolhimento que ultrapassam a dimensão estritamente pedagógica. Ao longo do trabalho de campo, foi possível identificar uma forte relação entre a escola e a comunidade do entorno, marcada por interações cotidianas e por uma abertura institucional à participação das famílias.

Um dos elementos centrais dessa dinâmica diz respeito à forma como a escola lidou com a chegada das crianças migrantes. Mesmo diante de limitações institucionais – como o período de matrículas encerrado e a ausência de profissionais que dominassem o crioulo haitiano –, a gestão escolar optou por acolher essas crianças, permitindo sua frequência antes mesmo da regularização formal. Essa decisão, longe de ser apenas administrativa, evidencia uma prática orientada por valores de inclusão e responsabilidade social.

Além disso, observou-se que a escola desenvolveu estratégias que favoreciam a integração entre crianças migrantes e não migrantes, bem como entre suas famílias. A participação dos responsáveis na rotina escolar, a circulação de diferentes línguas no ambiente educativo e a realização de atividades culturais – como a partilha de comidas típicas – contribuía para a construção de um espaço de convivência que reconhecia e incorporava a diversidade.

Essas práticas podem ser analisadas à luz de perspectivas que compreendem a educação como um processo relacional e dialógico. Em Freire (1989, p. 09), por exemplo, a educação é concebida como uma prática que se realiza na interação entre sujeitos, implicando reconhecimento mútuo e abertura ao outro. Nesse sentido, a valorização das experiências das crianças e de suas famílias, bem como a disposição da escola em aprender com elas – como no caso do ensino do crioulo por um pai haitiano às pro-

fessoras –, aproxima-se de uma concepção de ensino baseada na troca e na construção coletiva do conhecimento.

De modo semelhante, a perspectiva de Dussel (2004, p. 299) permite pensar a centralidade da alteridade nos processos educativos. Ao enfatizar a importância do reconhecimento do outro enquanto sujeito, suas contribuições ajudam a compreender como práticas aparentemente simples – como acolher, escutar e incorporar diferenças – podem ter implicações éticas e políticas mais amplas no contexto escolar.

As situações de inclusão e exclusão observadas entre as crianças podem ser compreendidas como processos relacionais, nos quais pertencimento e diferença são continuamente produzidos no interior das interações sociais. Nesse sentido, as classificações que emergem no cotidiano escolar não são fixas, mas se constroem a partir de dinâmicas de poder que atravessam o grupo, evidenciando como determinadas características – como língua, origem ou aparência – podem adquirir centralidade na definição das posições sociais ocupadas pelas crianças.

No entanto, essa dinâmica não se dá de forma isenta de tensões. Como instituição social, a escola também está atravessada por relações de poder e por processos de reprodução de desigualdades. Em alguns momentos observados em campo, práticas e discursos evidenciavam a presença de concepções prévias e ambivalentes sobre as crianças migrantes, indicando que o acolhimento convive com formas mais sutis de diferenciação.

Essa ambivalência aproxima-se da perspectiva de Bourdieu e Passeron (1992, p. 13), especialmente conforme desenvolvida na obra *A Reprodução*. Para esses autores, a escola não pode ser compreendida apenas como um espaço neutro de transmissão de conhecimento, mas como uma instituição que participa ativamente da reprodução das desigualdades sociais, ao legitimar determinados saberes, linguagens e disposições como universais. Esse processo ocorre por meio daquilo que denominam violência simbólica, isto é, a imposição de um arbitrário cultural que tende a favorecer os grupos socialmente dominantes, ao mesmo tempo em que desvaloriza outras formas de conhecimento e experiência.

No entanto, a análise empírica realizada neste estudo sugere que, embora tais mecanismos estejam presentes no cotidiano escolar, eles não esgotam as possibilidades da experiência educativa. As práticas observadas indicam que a escola também pode constituir-se como um espaço de reconfiguração dessas relações, na medida em que abre brechas para o reconhecimento da diversidade cultural, para o diálogo e para a construção de formas alternativas de pertencimento.

Assim, mais do que um espaço exclusivamente reprodutor ou transformador, a escola revela-se como um campo de tensões, no qual diferentes forças sociais atuam simultaneamente, produzindo tanto a manutenção quanto a contestação das desigualdades.

Nesse sentido, a escola não apenas reproduz estruturas sociais, mas também constitui um espaço onde tais estruturas podem ser tensionadas e parcialmente reconfiguradas.

A relação entre escola e comunidade, tal como observada em campo, evidencia que os processos educativos extrapolam os limites formais da sala de aula. A participação das famílias, especialmente das famílias migrantes, indica a construção de vínculos que não se restringem ao acompanhamento escolar, mas se desdobram em formas mais amplas de inserção social. Nesse sentido, a escola atua como um espaço mediador, no qual diferentes repertórios culturais entram em contato e são continuamente negociados.

Assim, a análise do contexto escolar revela que a construção de relações entre escola e comunidade não se limita a um ideal normativo, mas se configura como um processo dinâmico, marcado por negociações, tensões e possibilidades. É nesse espaço que práticas de acolhimento, interação e aprendizagem coletiva contribuem para a inserção das crianças migrantes, ao mesmo tempo em que evidenciam os limites e desafios desse processo.

4 A escola e as práticas transformadoras na experiência das crianças migrantes

A escola observada apresenta um conjunto de práticas que contribuem para a construção de um ambiente participativo e relacional, no qual estudantes, professores e comunidade escolar são incentivados a interagir de forma ativa. Entre essas práticas, destacam-se as assembleias escolares, previstas no calendário institucional, que constituem espaços de escuta e participação coletiva. Nesses momentos, alunos e alunas são convidados a se posicionar sobre questões do cotidiano escolar, o que favorece a construção de um ambiente mais aberto ao diálogo.

As práticas participativas desenvolvidas pela escola, como as assembleias e os projetos coletivos, podem ser compreendidas como dispositivos que ampliam as possibilidades de agência dos sujeitos no espaço escolar. Ao abrir espaço para a escuta das crianças e da comunidade, essas iniciativas contribuem para a construção de um ambiente mais inclusivo, ainda que não eliminem completamente as desigualdades e tensões presentes nas relações cotidianas.

A valorização da participação estudantil estimulava o desenvolvimento de outras iniciativas, como atividades na horta, projetos de leitura e tutorias, ampliando as formas de engajamento no espaço escolar. Essas práticas, ao promoverem interação e cooperação, contribuíam para a construção de vínculos entre as crianças e fortaleciam o sentimento de pertencimento à escola. Nesse contexto, a instituição tornava-se particularmente atrativa para famílias migrantes, que percebiam nesse ambiente uma maior abertura à diversidade e à valorização das diferenças.

Durante o trabalho de campo, foi possível observar que muitas famílias haitianas demonstravam forte valorização da educação escolar, não apenas como meio de acesso a oportunidades, mas também como espaço de reconhecimento social. Em conversas com pais e mães, destacou-se o contraste entre suas experiências no Haiti – onde o acesso à educação era frequentemente limitado e pago – e a possibilidade de seus filhos frequentarem uma escola pública no Brasil, com acesso à alimentação e a diferentes atividades educativas. Em diversos casos, as crianças assumiam também o papel de mediadoras linguísticas, contribuindo para a inserção de suas famílias no contexto local.

A valorização da escola por parte das famílias haitianas observada em campo também pode ser compreendida à luz das condições estruturais do sistema educacional no Haiti. Conforme apontam Santos e Cotinguiba (2017, p. 103), a educação haitiana é historicamente marcada por desigualdades de acesso, sendo majoritariamente ofertada por instituições privadas, religiosas ou organizações não governamentais, o que limita significativamente o acesso das camadas populares.

[...] as crianças haitianas emigram em busca de educação, pois as principais escolas no Haiti ainda são mantidas, em sua maioria, por igrejas e ONGs que dominam a educação haitiana e são pagas, mesmo sendo congregacionais. Dessa forma, o sistema educacional haitiano perpetua, ainda nos dias de hoje, o que tinha como base no passado: o objetivo de formar os filhos das elites separadamente das das classes populares. [...] Além desses percalços, o sistema de educação no Haiti tem por característica a demarcação das classes sociais. Inicialmente quando o Estado criou as primeiras escolas, tinha como objetivo atender os filhos de classes abastadas o que descartou antecipadamente uma rede pública de escolas para todos (Santos; Cotinguiba, 2017, p. 103).

Nesse contexto, a migração também se configura como uma estratégia familiar orientada à ampliação de oportunidades educacionais para as crianças. Assim, o acesso à escola pública no Brasil – gratuita e com oferta de alimentação e atividades complementares – adquire um significado que ultrapassa a dimensão pedagógica, sendo percebido pelas famílias como uma possibilidade concreta de mobilidade social e melhoria das condições de vida. Essa perspectiva ajuda a compreender o engajamento dos pais no cotidiano escolar e a centralidade atribuída à educação nas trajetórias migrantes.

No entanto, a experiência escolar dessas crianças não se dava de forma isenta de tensões. Ao longo da observação, foram identificadas situações em que diferenças culturais e linguísticas se convertiam em marcadores de distinção entre os alunos. Tais dinâmicas podem ser compreendidas à luz da noção de estigma proposta por Goffman (2004, p. 04), na medida em que determinados atributos passam a ser socialmente interpretados como sinais de alteridade, influenciando as interações cotidianas.

Ainda que a escola buscasse promover um ambiente acolhedor, práticas e percepções prévias sobre as crianças migrantes emergiam em diferentes momentos, evidenciando como o espaço escolar também reproduz classificações sociais mais amplas. Nesse sentido, a experiência dessas crianças é marcada por uma ambivalência: ao mesmo tempo em que encontram na escola oportunidades de integração e participação, também se deparam com situações que reafirmam sua condição de diferença.

As situações de preconceito observadas no cotidiano escolar indicam que a convivência com a diversidade não implica, necessariamente, a superação de estigmas. Ao contrário, revelam como esses marcadores sociais continuam operando nas interações, ainda que de forma por vezes sutil. Nesse sentido, a escola configura-se como um espaço em que tais tensões se tornam visíveis, permitindo não apenas sua reprodução, mas também a possibilidade de sua problematização.

Assim, as práticas desenvolvidas pela escola podem ser compreendidas como potencialmente transformadoras, na medida em que ampliam as possibilidades de participação, interação e construção de vínculos sociais. Contudo, essa dimensão transformadora não elimina as tensões presentes no cotidiano escolar, mas se constrói justamente em meio a elas. É nesse processo que as crianças migrantes elaboram suas experiências, negociando pertencimentos e redefinindo suas posições no interior da comunidade escolar.

Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste artigo buscou compreender como crianças filhas de migrantes haitianos constroem relações sociais e sentidos de pertencimento no contexto escolar em Manaus. A partir da observação etnográfica, foi possível evidenciar que essas experiências são atravessadas por dinâmicas complexas, nas quais linguagem, família e escola desempenham papéis centrais.

Os dados apresentados indicam que o espaço escolar se configura como um ambiente privilegiado de socialização, no qual as crianças elaboram suas formas de inserção e interação. Ao mesmo tempo em que a escola favorece a construção de vínculos e a ampliação de repertórios sociais – especialmente por meio de práticas de acolhimento e participação –, também se mostra permeada por tensões, nas quais diferenças culturais e linguísticas podem se converter em marcadores de distinção e exclusão.

Nesse sentido, as experiências observadas evidenciam a condição dessas crianças como sujeitos que transitam entre diferentes universos sociais, negociando pertencimentos de forma contínua. A vivência “entre mundos”, longe de ser apenas uma con-

dição descritiva, revela-se como um processo ativo, no qual essas crianças articulam referências familiares e escolares, ao mesmo tempo em que lidam com expectativas e classificações sociais diversas.

Além disso, a análise permitiu identificar que as práticas desenvolvidas pela escola possuem um potencial transformador, na medida em que ampliam as possibilidades de participação, diálogo e reconhecimento da diversidade. No entanto, tais práticas não eliminam as desigualdades e tensões presentes no cotidiano escolar, mas se constroem justamente em meio a elas, evidenciando o caráter ambivalente da instituição escolar.

À luz dessas discussões, os processos de pertencimento observados entre as crianças filhas de migrantes haitianos podem ser compreendidos como dinâmicas abertas e relacionais, que se constroem no interior das interações cotidianas. Nesse sentido, o conceito de etnicidade permite evidenciar que tais pertencimentos não são dados ou estáveis, mas resultam de processos contínuos de identificação e diferenciação, nos quais as fronteiras entre “nós” e “eles” são constantemente negociadas.

Conforme apontam Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p. 149), essas classificações emergem nas relações sociais e se redefinem a partir das interações, o que se torna particularmente visível no contexto escolar analisado. Assim, mais do que um espaço de simples integração, a escola revela-se como um lugar privilegiado para observar a produção social das diferenças, ao mesmo tempo em que possibilita a construção de novas formas de pertencimento, ainda que atravessadas por tensões e ambiguidades.

Por fim, este estudo contribui para o campo dos estudos sobre migração e infância ao evidenciar a centralidade da escola como espaço de produção de sociabilidades e pertencimentos. Ao focalizar a experiência de crianças filhas de migrantes, busca-se destacar a importância de abordagens que considerem esses sujeitos não apenas como parte de processos migratórios mais amplos, mas como agentes ativos na construção de suas trajetórias sociais.

Nesse sentido, compreender as experiências dessas crianças implica reconhecê-las como sujeitos migrantes, cujas trajetórias são atravessadas por múltiplos processos de inserção social. Mais do que um evento pontual, a migração revela-se como uma experiência contínua, que se desdobra nas relações sociais, nas instituições e nos modos pelos quais o pertencimento é permanentemente construído, negociado e, por vezes, disputado entre os diferentes atores sociais.

Referências

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

COUTO, Katia. Do caribe para a Amazônia: a imigração fomentando a conexão entre as duas regiões. In: SILVA, S. A.; ASSIS, G. O. **Em busca do Eldorado: o Brasil no contexto das migrações nacionais e internacionais**. Manaus: EDUA, 2016. p. 153-180.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação**. Madrid: Trotta, 2004.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Autores Associados, 1989.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998.

SANTOS, Rodrigo Luis dos; COTINGUIBA, Geraldo. A inserção da criança haitiana no ambiente escolar brasileiro: um estudo de caso na cidade de Porto Velho. **Revista de Estudos de Literatura, Cultura e Alteridade – Igarapé**, Porto Velho, v. 5, n. 2, 2017.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.